



Vol. I nº 1 jan./jun. 2006

p. 295-300

ASPECTOS HISTÓRICOS DO “NÃO ATENDIMENTO” NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CASO CASCAVEL

Michele Neves da SILVA¹

Orientadora: Flávia Anastácio de Paula²

Este texto apresenta uma pesquisa em fase inicial realizado no curso de Fundamentos História da Educação- UNIOESTE- campus de Cascavel. Trata-se de um trabalho sobre uma história da Educação Infantil, no município de Cascavel. Tal pesquisa pretende-se olhar para uma parte do atendimento na Educação Infantil: as crianças não atendidas pelo sistema, mas que, em algum momento procuraram por ele, se cadastraram e ficaram no aguardando de uma vaga. Levantamentos preliminares mostram que as crianças podem ficar até 5 anos numa fila de espera. Atualmente, o número de crianças na fila de espera ativa é maior que o número de crianças atendidas pelo sistema municipal. A quantidade de crianças na fila de espera inativa é um dos problemas desta pesquisa. Quanto a metodologia faremos uma pesquisa documental nas fichas dos inativos e uma pesquisa de entrevista baseando-se nos procedimentos da história oral.

A história da criança brasileira está vinculada com a história das mulheres e da instituição familiar, então, não podemos abordar o atendimento a criança, sem considerar as relações sociais estabelecidas de acordo com o contexto histórico de cada período. Sendo assim, é relevante ressaltar que um dos primeiros modelos de atendimento a criança brasileira se constituiu no período colonial, no caso a Roda dos Expostos, criada na Europa Medieval, onde famílias sem condições de sobrevivência e mulheres que não podiam ser “agredidas moralmente” devido a sua maternidade, fora do matrimônio recorriam à Roda como um meio cômodo e seguro para abandonar seus bebês devido ao anonimato do expositor.

Porem, novos ideários (iluminismo, medicina higienista, evolucionismo e eugenismo) surgem neste percurso, ou seja, filantropia, já que os índices de mortalidade infantil eram altíssimos nas casas de misericórdias, e vidas produtivas estavam sendo desperdiçadas. O atual modelo de atendimento educacional a criança traz consigo todos esses resquícios históricos, mas como eles se apresentam no município de Cascavel?

“No município de Cascavel, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, ocorreu o surgimento das pré-escolas privadas - administradas por entidades religiosas – as creches filantrópicas e não - governamentais e as pré-escolas públicas.” (Plano Municipal de Educação de Cascavel – PR p 38. 2004)

Entretanto, 1988 a prefeitura municipal juntamente com as Associações de Bairro iniciaram o atendimento as crianças de 0 a 6 anos, neste período existiam 15 creches espalhadas nos bairros periféricos da cidade. Os profissionais destas instituições não necessitavam de nenhuma formação específica na área educacional, normalmente estas creches (casas) possuíam uma zeladora e uma “professora”, esta geralmente era uma mãe que se prontificava a atender os filhos das mulheres trabalhadoras, não havia divisão por faixa etária, as crianças eram instaladas em um mesmo ambiente, ou seja, o cuidado, a higiene e a filantropia permeou esse modelo de atendimento no final da década de 80.

Posteriormente na década de 90 a Secretaria de Saúde e Assistência Social assumem a responsabilidade administrativa sobre as creches, e então um concurso público é realizado para a contratação de profissionais, mas ainda não exigindo uma formação na área educacional. Contudo, em 1995 o município já possui 20 creches que são administradas especificamente pela Secretaria de Assistência Social. Neste atendimento percebemos a concepção assistencialista, faz-se necessário atender as crianças que estão em situação de risco, isto é, as transformações das relações sociais ocorridas no século XIX exigem a presença de mão de obra feminina ocupando os postos de trabalhos, sendo assim, os filhos dessas mulheres precisam de cuidados.

“A creche não dispõem de uma identidade bem definida e estabelecida. Encravada entre a família e a escola, a creche oscila entre as funções e significados dessas duas outras instituições tão bem demarcadas no interior da sociedade. Na verdade, é com a família que a creche mais tem disputado e buscado conquistar espaço, na medida em que essa é a instituição tradicionalmente encarregada de cuidar e de educar a criança pequena. Por isso mesmo a creche tem geralmente sido identificada como uma instância destinada a suprir a lacuna que resulta da incapacidade da família em cumprir sua função. Ressalta-se, assim, na história dessa entidade uma forte conotação assistencialista que insiste em manter-se presente até os dias de hoje”. (MERISSE, 1997, p1)

Embora em 1996 a creche seja obrigada a inserir-se na Secretaria de Educação, conforme a LDB 9394/96, artigo 89 “as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de 3 anos a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino”, vale ressaltar que no município de Cascavel esse processo ocorreu paulatinamente.

Até o final do ano de 1999 são construídas mais 5 creches, totalizando 25, que passam a ser denominados de CEI’s e, atualmente os CMEI’s, integraram-se à educação possuindo a mesma estrutura física, ou seja, as antigas casas administradas pelas Associações de Moradores não receberam significativas mudanças arquitetônicas nesta nova concepção de atendimento educacional. Ao analisar esse

novo contexto, é importante salientar que a década de 90 decorre como um reflexo da Constituição de 1988, que traz a educação infantil como direito devido a várias pressões sociais, isto é, o atendimento a criança no âmbito teórico se constitui como um direito, não é caridade ou amparo, mas sim, dever do Estado, Distrito Federal e Municípios oferecer um atendimento educacional de qualidade.

“A emenda 14 no artigo 211 da Constituição Federal, no corpo do capítulo da Educação, afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam, em regime de colaboração seus sistemas de ensino, e que os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Portanto não está escrito que os Municípios atuarão exclusivamente, nem privativamente, mas respondendo ao Artigo 30 da Constituição, diz-se “prioritariamente”.” (CURY, 1997, p.12)

A ação da gestão municipal de 2000 a 2004 como compreendeu a qualidade. Algumas ações relevantes foram tomadas: a elaboração de um PPP para cada unidade, a preferência pela indicação (e na eleição) de um pedagogo para que o mesmo coordenasse um estabelecimento, a reorganização dos critérios da prioridade da destinação das vagas, a formação, mesmo descontínua, dos monitores, o concurso público para monitores com ensino fundamental para a função de professores, e a decisão pela reforma arquitetônica e adequação dos espaços existentes à criação de novos estabelecimentos e à ampliação da oferta de vagas. Porém no sentido mais amplo da palavra qualidade significa oferta de vagas?

“O Brasil é ainda um país endividado com sua população. Nossa cidadania educacional está longe de ser exemplo. Convivemos com milhões de crianças fora da escola ou presentes na escola, mas, fora da idade apropriada. Avançamos muito nesse campo, mas, enquanto houver uma criança sem escola ou fora da idade adequada, o direito de todos e o dever do Estado não terão se consubstanciado. Temos milhões de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de entrar na escola ou dela tiveram que se evadir mais cedo, por condições de sobrevivência ou por repetência. A Educação Infantil e o Ensino Médio ainda são privilégio.” (CURY, 2000, p.569)

Em Cascavel, assim como em várias cidades brasileiras a Educação Infantil não está universalizada, dessa maneira foram estabelecidas pela equipe técnica da Secretaria de Ação Social, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos entre outros, sem uma consulta à comunidade, alguns critérios para o ingresso nas creches:

- Renda mínima de até três salários mínimos;
- Composição familiar
- Os pais devem estar trabalhando 8 h diárias;

- Atendimento a crianças em situações de riscos;
- Atendimento a crianças com necessidades especiais. (coordenadoria da SMED 2004)

É evidente as contradições entre o direito da criança e a necessidade de se estipular regras, sem contar que mesmo preenchendo aos critérios, isto não significa o acesso à vaga, pois existe um fila de espera, ou seja, a criança tem um direito garantido em Constituição, entretanto este direito fica apenas o de ter seu nome na fila. Como diz Madiselva Faiges, coordenadora do curso de Pedagogia da UFPR, “direito não é mercadoria. A criança da escola pública não é cliente.” “A Educação Pública é responsabilidade do poder público, financiar, oferecer, qualificar e organizar.” “A Educação Infantil não é apêndice da escola, mas sim a primeira etapa da educação.” “A criança é sujeito da educação e não de uma ou outra instituição.” “Sendo assim os profissionais da Educação Infantil devem possuir o mesmo plano de cargos e carreiras.”

Diante de tantas contradições, a minha pesquisa esta baseada em um levantamento de fontes sobre a história da Educação Infantil de Cascavel, história esta que oculta uma outra história que não é contada: a história das crianças que estão esperando pelo atendimento e as crianças que nunca serão atendidas, pois já estão cursando o ensino fundamental. A história dessas crianças reflete uma concepção de classes, isto é, uma concepção que alguns tem direito e outros não. Mesmo que entendemos que todos tem o direito e não havendo vagas é preciso pensar critérios, estes critérios estão atendendo aos menos favorecidos?

A problemática foi levantada a partir do convívio desta pesquisadora como monitora em um estabelecimento de Educação Infantil e por saber da existência das fichas dos inativos dos CMEI Julio Inácio Uncer, bairro Universitário. Inicialmente esta ainda é a única creche a oferecer o material a ser pesquisado. Por ficha dos inativos entende-se uma pasta que contem dados sobre as crianças que pretendiam ingressar na instituição, porém, agora encontra-se numa espécie de arquivo morto, pelo fato das crianças terem idade superior àquela para a faixa etária de atendimento, isto é 5anos e meio.

Considerando que em outro momento, a década de oitenta, o problema do não atendimento repercutia mais a respeito do ensino obrigatório e as crianças fora da escola: a população de 7 a 14 anos – excluída da escola, (MALTA CAMPOS, 1981), é necessário com a universalização do atendimento ao ensino fundamental, redimensionarmos a faixa de atendimento. Nosso problema continua o mesmo. O problema da pesquisa de Maria Malta Campos (1981) baseou-se em 3 pontos: Pri-

meiro na constatação de que a população excluída da escola possui uma determinada condição de classe: segundo no reconhecimento de que existe uma interação entre ela e a escola: terceiro, na opção de abordar a questão da exclusão do ensino (...) da perspectiva dessa população, ou seja, do lado de fora da escola.” (MALTA CAMPOS, 1981, p.23)

A minha proposta aborda esta temática na esfera da Educação Infantil já que o atendimento oferecido não supre a demanda. A pesquisa pretende olhar para as fichas como fonte históricas e fazer perguntas à elas. Desde quando são arquivadas, se existe uma centra de arquivamento, quanto tempo ficam. Qual é a média de tempo que estas crianças ficaram na fila aguardando a vaga. Quais eram as características de sua família: quais os membros que compõem a família, Renda familiar declarada, situação de trabalho da mãe ou não. A mãe deixa de trabalhar pela motivo da criança não ter o acesso ao atendimento?

Para completar o levantamento dessas fontes serão necessárias entrevistas com os profissionais que iniciaram o processo de atendimento as crianças no município de Cascavel, tendo já em vista uma entrevista com a primeira cozinheira e a monitora da creche Julio Inácio Uncer, e também entrevistar algumas famílias que esperam ou já esperaram pelo atendimento oferecido.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LEI 9394/96. As Novas Diretrizes da Educação Básica** – LDB 9394/96.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação como Desafio na Ordem Jurídica.**
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Infantil como Direito.**
- MALTA CAMPOS, Maria Machado. Fundação Carlos Chagas, departamento de pesquisas educacionais. São Paulo. 1981.
- MARCILIO, Luiza Maria. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726 – 1950. In: **História Social da Criança no Brasil.** SP: Cortez. 1997.
- MEIHEY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MERISSE, Antonio. Origem das Instituições de Atendimento a Criança: O Caso das Creches. **Plano Municipal de Educação de Cascavel** – Secretaria Municipal de Educação – 2004/2014.
- PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil – Maternidade Negada. In: VENANCIO, Renato Pinto. 2ª edição. SP: Contexto.1997.

NOTAS

- ¹ Aluna do curso de Especialização da Unioeste: Historia da Educação.
- ² Professora do curso de Pedagogia da Unioeste/Cascavel.